

A COLABORAÇÃO ENTRE FORÇAS ARMADAS E AGÊNCIAS HUMANITÁRIAS INTERNACIONAIS NA GESTÃO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-073>

Data de submissão: 08/09/2024

Data de publicação: 08/10/2024

Telmo Santiago Borges

Pós-graduado em Ciências Militares
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Douglas Esteves Oliveira

Mestre em Ciências Militares
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior

Mestre em Humanidades em Ciências Militares
Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC)

Gabriela Rocha Bernardes

Mestre em Humanidades em Ciências Militares
Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC)

Ricardo Spader

Mestre em Ciências Militares
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mikhail Penna Liechoscki

Pós-graduado em Ciências Militares
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Filipe Saraiva do Nascimento

Mestre em Comunicação Social
Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC)

Felipe Jorge Granero

Mestre em Avaliação
Faculdade Cesgranrio

Marcio Vieira Xavier

Mestre em Humanidades em Ciências Militares
Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC)

Tiago Miranda da Silva

Pós-graduado em Ciências Militares
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Thiago Henrique Barros Cardoso

Pós-graduado em Ciências Militares

RESUMO

A Operação Acolhida visa mitigar os efeitos do fluxo misto de venezuelanos que chegam ao Brasil, fugindo da crise política, econômica e social em seu país. Para implementar e executar a operação, foi criada a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum). A operação conta com o apoio de importantes organizações internacionais, como a Organização Internacional para Migrações (OIM), referência global na promoção de uma migração humana e ordenada, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que lidera a proteção e assistência a refugiados, deslocados e apátridas globalmente. Diante disso, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Como se dá a relação das agências da ONU, especificamente o ACNUR e a OIM, com a FT Log Hum na Operação Acolhida? O estudo tem como objetivo investigar a relação entre o ACNUR e a OIM com a FT Log Hum na Operação Acolhida, abrangendo os níveis estratégico, operacional e tático. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com objetivo descritivo, utilizando a Operação Acolhida como estudo de caso para uma análise aprofundada das relações interagências. Para isso, emprega entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas como estratégias complementares. A relevância deste estudo reside na carência de instruções sobre as relações interagências na fase de preparo dos contingentes para a operação. Esta pesquisa contribui significativamente para o entendimento dos militares sobre o papel e as atividades dessas organizações e sua interação com o componente militar. Dessa forma, possibilita a maximização das capacidades de ambos, assegurando um acolhimento mais eficaz aos refugiados e migrantes venezuelanos.

Palavras-chave: Operação Acolhida. ACNUR. OIM. FT Log Hum. Relação Interagência.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, a Venezuela enfrentou uma crise profunda que afetou as esferas política, econômica e social. Após a morte de Hugo Chávez em 2013, seu sucessor, Nicolás Maduro, enfrentou críticas por eleições questionadas e por políticas econômicas que levaram à maior inflação do mundo, desencadeando protestos que foram reprimidos pelo governo. A situação política se intensificou com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente interino em 2019, exacerbando a instabilidade. A crise econômica foi agravada pela queda dos preços do petróleo em 2014 e pela falta de diversificação da economia, o que enfraqueceu o apoio ao governo (De Souza; Lopes, 2022, p.20).

A crise política e econômica na Venezuela desencadeou uma série de sérios problemas sociais, incluindo escassez de itens essenciais, falta de acesso a medicamentos, fome, altas taxas de desemprego e deficiências no sistema de saúde. Essa situação forçou muitos venezuelanos a buscarem refúgio em outros países, principalmente em nações vizinhas. De acordo com a plataforma de coordenação para refugiados e migrantes da Venezuela (R4V, 2024), a Colômbia, o Peru, o Brasil, o Chile e o Equador surgem como os principais destinos escolhidos por imigrantes e refugiados venezuelanos na América Latina.

Figura 1 - Evasão Venezuelana



Fonte: (R4V, 2024)

O Brasil emerge como um destino atraente para os migrantes venezuelanos devido a diversos fatores significativos. Primeiramente, destaca-se a percepção de que o governo brasileiro tem uma baixa propensão para restringir o fluxo desses migrantes. A facilidade de acesso à BR-174, que conecta Boa Vista/RR a Manaus/AM, também desempenha um papel crucial, facilitando a mobilidade e o deslocamento para essa região do Brasil (Cerávolo, 2019, p.16).

Porém o número elevado de venezuelano nas cidades de Pacaraima e de Boa Vista geraram indigentes, falta de vagas no mercado de trabalho, aumento da violência e do tráfico de drogas, aumento da sensação de insegurança e sobrecarga no sistema de saúde. E por consequência, o governo de Roraima solicitou ajuda federal, que editou a Medida Provisória nº 820/2018, posteriormente convertida em Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 (De Souza; Lopes, 2022, p.17).

Este dispositivo legal estabelece medidas de assistência de emergência para acomodar pessoas em situação de vulnerabilidade devido a fluxos migratórios desencadeados por crises humanitárias, sendo aplicável à situação dos migrantes e refugiados venezuelanos. Além disso, instituiu-se o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), permitindo a coordenação de ações integradas entre o governo federal, o governo do Estado de Roraima e os municípios da região por meio de acordos de cooperação (Brasil, 2018a).

O presidente do CFAE, em conformidade com suas competências estabelecidas no artigo 8º do Decreto 9.286/2018 (BRASIL, 2018b), marco da ativação da Operação Acolhida, nomeou o General de Divisão Eduardo Pazuello como o primeiro Coordenador Operacional. Dentre suas atribuições, incluem a execução de um plano operacional para a região afetada e a coordenação entre órgãos e instituições envolvidos na operação.

A fim de contribuir com esse esforço, o Ministro da Defesa autorizou a criação da Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), para fornecer suporte logístico e colaborar com os governos federal, estadual e municipal nas atividades humanitárias a serem realizadas no Estado de Roraima.

Assim a Operação Acolhida, diariamente, busca uma coordenação eficaz e sinérgica entre o componente militar (FT Log Hum) e o componente civil, composto por aproximadamente 100 agências e instituições civis. Isso inclui órgãos governamentais em níveis federal, estadual e municipal, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil (Operação Acolhida, 2023).

Nesse contexto de colaboração interinstitucional, duas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) desempenham um papel fundamental na gestão do fluxo migratório venezuelano na Operação Acolhida. A Organização Internacional para as Migrações (OIM), uma referência global na promoção de migrações humanas e ordenadas, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), líder mundial na proteção e assistência a refugiados, deslocados e apátridas em todo o mundo, têm mobilizado seus recursos para aprimorar a preparação e fortalecer a capacidade de resposta diante dessa nova realidade (Sanjurjo, 2023, p.34).

Sobre o emprego dos organismos internacionais, o ACNUR realizou suas primeiras missões exploratórias ao estado de Roraima em outubro de 2016, seguidas por outras em 2017, motivada pelas

dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais e estaduais na gestão de recursos, que resultou em atrasos nas licitações e na implementação de medidas de acolhimento críticas, como a alocação de pessoal e o fornecimento de alimentos para migrantes vulneráveis, assim como na necessária melhoria da infraestrutura de abrigo. Essas dificuldades foram relatadas pela Lilian Senjurjo (2023):

“O atraso na montagem dos abrigos coincidiu, em agosto de 2017, com um afluxo ainda maior de migrantes, período em que passaram a ingressar diariamente pela fronteira de Pacaraima entre aproximadamente 800 e 1000 pessoas venezuelanas, segundo estimativas de entrevistados. Diante disso e das dificuldades enfrentadas pelas gestões estadual e municipais para responder à situação, o governo federal requisitou o apoio da OIM e do ACNUR para a reestruturação do primeiro abrigo em Boa Vista, o abrigo de Pintolândia. Após concessão do espaço de um ginásio por parte do governo estadual, o ACNUR ofereceu apoio para a execução das reformas e montagem da estrutura de redários e a OIM realizou cursos de capacitação técnica para gestores de abrigos de emergência” (Sanjurjo, 2023, p.55).

No decorrer de 2017, observou-se um aumento significativo na participação de organizações da sociedade civil e agências internacionais na prestação de ajuda humanitária a migrantes e refugiados da Venezuela em Roraima. Nesse ano, escritórios do ACNUR, da OIM e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) foram estabelecidos em Boa Vista, sob a coordenação da Casa Civil e em estreita colaboração com o governo federal. Essas entidades passaram a desempenhar um papel direto na recepção e assistência humanitária aos venezuelanos (Sanjurjo, 2023, p.56).

A mesma autora ressalta a importância das duas agências, através da criação da plataforma R4V, uma ferramenta para coordenar o apoio aos refugiados e migrantes da Venezuela em 17 países da América Latina e do Caribe. Formalizada em abril de 2018, a iniciativa constituiu-se como um desdobramento das diretrizes emitidas pelo Secretário-Geral da ONU para que a OIM e o ACNUR liderassem e coordenassem a resposta regional ao fluxo venezuelano.

Paralelo a criação dessa plataforma, no final do mesmo ano, foi instituído o Sistema Acolhedor como cadastro oficial de imigrantes advindos do fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela, o reconhecendo como base de dados oficial para a estratégia de interiorização nas modalidades trabalho, reunificação familiar e reunião social (Brasil, 2019).

Diante do crescente número de pessoas em situação de rua em Boa Vista, o Governo do Estado, por meio do Gabinete Integrado de Gestão Migratória, estabeleceu uma colaboração efetiva com organizações não governamentais e órgãos públicos. Essa iniciativa resultou na criação do Centro de

Diante desse dado, (Teixeira; Coradini; Costa, 2019, p.97) contribui ao afirmar que os cenários de assistência humanitária frequentemente apresentam uma complexa rede de tomadores de decisão e uma diversidade de atores, cada um com suas características distintas, objetivos e capacidades logísticas. Eles realizam ações interligadas que exigem uma coordenação eficaz.

Já (Heaslip; Barber, 2016, p.146) lembra que a integração entre as esferas civil e militar no contexto da logística humanitária frequentemente se revela complexa, com impactos significativos em diversas facetas das atividades desempenhadas por essas organizações. Em comparação com outras formas de cooperação interinstitucional, a coordenação na assistência humanitária tem demonstrado ser mais desafiadora.

Conforme evidenciado pela literatura analisada, destaca-se a relevância atribuída ao estabelecimento de uma cooperação eficaz entre os componentes civis e militares para o sucesso da Operação Acolhida. Com base nessa premissa, o problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: Como se dá a relação das agências da ONU, especificamente o ACNUR e a OIM, com a FT Log Hum na Operação Acolhida?

E com o propósito de abordar essa questão de forma mais abrangente, embasada teoricamente e com a devida profundidade de investigação, o seguinte objetivo geral foi definido como: investigar a relação das agências da ONU, especificamente o ACNUR e OIM, com a FT Log Hum na Operação Acolhida, no nível estratégico, operacional e tático.

2 METODOLOGIA

2.1 DELIMITAÇÃO

A pesquisa abrangerá o período de fevereiro de 2018 até o final do primeiro semestre de 2024. Esse intervalo foi escolhido porque a operação teve início em fevereiro de 2018. Dada a complexidade e o grande número de atores envolvidos na Operação Acolhida, o foco desta pesquisa será a análise da integração entre as agências da ONU, ACNUR e OIM, e a FT Log Hum.

Esta análise será realizada baseada nas doutrinas existentes nas instituições envolvidas e as experiências vividas em Roraima, com o objetivo de diagnosticar medidas que possam aprimorar essa relação diante de uma crise migratória, visando o aprimoramento da operação.

2.2 BIBLIOGRAFIA

Com o propósito de fundamentar o referencial teórico, adquirir conceitos e buscar informações sobre a interação das agências da ONU (OIM e ACNUR) com a FT Log Hum na Operação Acolhida,

será conduzida uma revisão da literatura conhecida como revisão narrativa, pois ela busca descrever ou discutir o estado atual do tema pesquisado (UNESP, 2015, p.04).

Assim, optou-se por selecionar estudos pertinentes sobre a Operação Acolhida, as Organizações Internacionais e as relações interagência nessa operação. Foram consultados trabalhos de autores reconhecidos por suas contribuições acadêmicas significativas nessas áreas, conforme consta nas referências.

2.3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão tem por objetivo aprofundar a análise da interação entre as agências da ONU, com foco no ACNUR e na OIM, e a FT Log Hum durante da Operação Acolhida. Nesse sentido, adotou-se uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, destacando a Operação Acolhida como estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, visando proporcionar uma compreensão aprofundada e contextualizada da dinâmica e dos desafios enfrentados nesse contexto específico.

Para garantir a confidencialidade dos funcionários das agências mencionadas, os participantes das entrevistas serão identificados de forma anônima. Cada um será referido como 'Entrevistado', seguido por um número específico, conforme a descrição a seguir:

- Entrevistado 1 – Gerente do ACNUR, relaciona-se com militares no nível Estratégico;
- Entrevistado 2 – Gerente da OIM, relaciona-se com militares no nível estratégico;
- Entrevistado 3 – Coordenador 1 do ACNUR, relaciona-se com militares no nível operacional;
- Entrevistado 4 – Coordenador 2 do ACNUR, relaciona-se com militares no nível operacional;
- Entrevistado 5 – Assistente/ Analista do ACNUR, relaciona-se com militares no nível tático; e
- Entrevistado 6 – Assistente/ Analista da OIM, relaciona-se com militares no nível tático.

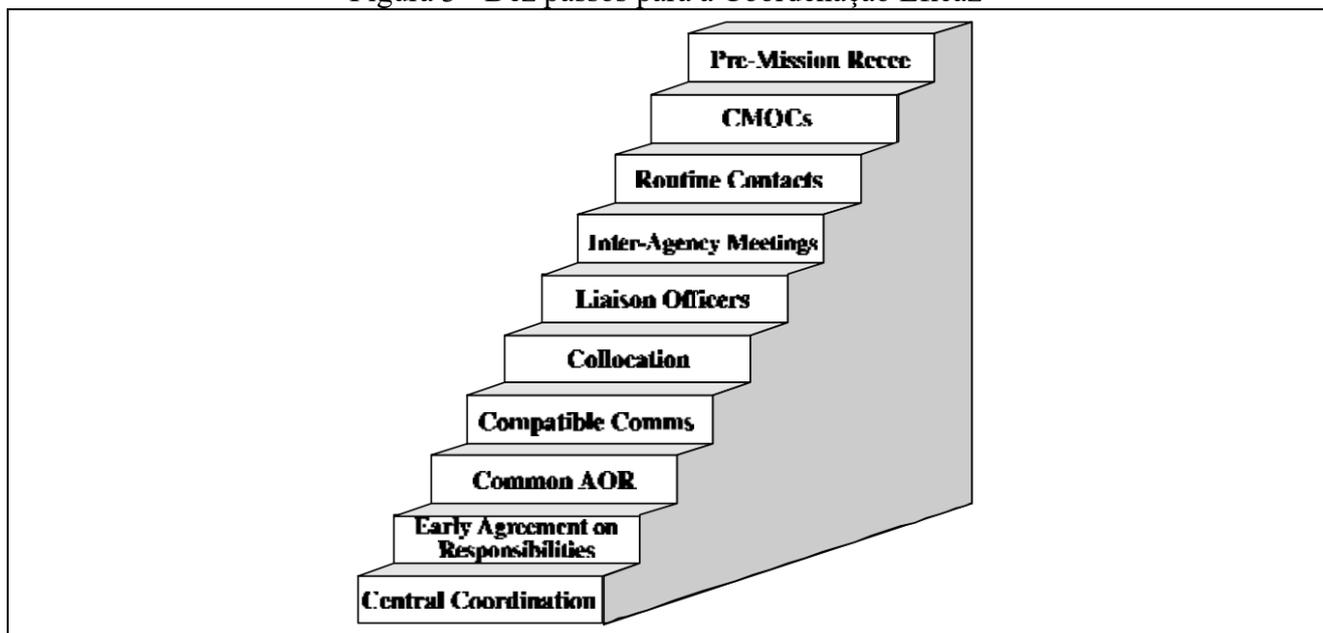
Adicionalmente, como estratégias complementares, foram conduzidos levantamentos e análises minuciosas de uma variedade de documentos, incluindo regulamentos, mandatos, decretos e leis pertinentes, abrangendo informações prévias das agências da ONU mencionadas, bem como da atuação da FT Log Hum na Operação Acolhida.

3 A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR EM AJUDA HUMANITÁRIA

Segundo (UNHCR, 1995, p.12), em uma operação das Nações Unidas, o Secretário-Geral tem a prerrogativa de designar um Representante Especial (SRSG) para atuar como coordenador geral. O papel desse SRSG consiste em liderar e coordenar os objetivos políticos e operacionais da missão, ao mesmo tempo em que respeita a continuidade das operações humanitárias em andamento sob os mandatos permanentes da Assembleia Geral.

A designação de "agência líder" para o socorro humanitário não implica uma responsabilidade de comando, não submete outras agências das Nações Unidas, organizações governamentais e ONGs à sua autoridade, mas sim o coordenador geral dos esforços envolvidos. E para lidar com as diversas agências envolvidas no socorro humanitário, de acordo com (UNHCR, 1995, p.13), foi desenvolvido um mecanismo de coordenação, onde estabelece dez fases para se atingir uma coordenação eficaz, conforme a seguinte figura:

Figura 3 - Dez passos para a Coordenação Eficaz



Fonte: (UNHCR, 1995, p.15)

Esse manual apresenta como primeiro passo a Coordenação Central, onde em princípio, as operações conjuntas devem ser coordenadas em todos os níveis por um único escritório ou indivíduo central. O Secretário-Geral é responsável pela execução de uma Resolução do Conselho de Segurança que cria uma força de manutenção da paz. Ele geralmente delega sua autoridade ao Comandante da Força ou a um Representante Especial.

O segundo passo destaca a importância dos Acordos de Responsabilidades e Objetivos para coordenar missões no campo, especialmente diante das diferenças estruturais entre as agências da ONU, militares e civis. Para evitar desentendimentos, é crucial que as partes alinhem seus objetivos e formalizem as responsabilidades por meio de um Memorando de Entendimento, garantindo clareza nas funções e um guia de referência em caso de dúvidas.

O terceiro passo envolve a definição de Áreas Territoriais Comuns de Responsabilidade, alinhando as áreas de atuação dos componentes militares e humanitários com as fronteiras administrativas existentes. Isso facilita a coordenação, as relações com autoridades locais e o acesso a informações, ao centralizar os comandos nas capitais dessas regiões.

O quarto passo aborda a falta de Equipamentos de Comunicação Compatíveis e frequências compartilhadas, um desafio na coordenação entre o setor militar e as agências da ONU. Contingentes nacionais costumam trazer equipamentos incompatíveis, complicando a comunicação. Por isso, a coordenação de frequências e um ponto de contato único devem ser estabelecidos antes da implantação.

A co-localização ou Localização em proximidade caracteriza o quinto passo, pois permite que as unidades de manutenção da paz e outras agências mantenham contato constante para uma melhor coordenação. Quando o mandato militar inclui responsabilidades relacionadas à segurança de pessoal e instalações das Nações Unidas, a localização ou proximidade reduz as tensões nos recursos militares.

O sexto passo destaca a importância dos Oficiais de Ligação na comunicação eficaz e na cooperação contínua entre organizações. Eles facilitam a troca de informações, atuando em níveis operacionais e de batalhão, e aplicam conhecimentos humanitários em suas unidades. A designação de oficiais de ligação civis e militares melhora a coordenação, centraliza consultas e agiliza a disseminação de informações, atuando como intermediários entre as organizações.

O sétimo passo destaca que Reuniões Regulares entre Agências são essenciais para melhorar a cooperação e evitar a duplicação de esforços. Quando os militares garantem a segurança dos atores humanitários, essas reuniões também servem para compartilhar informações e organizar treinamentos de segurança. Elas permitem que os participantes se familiarizem com os programas das outras agências, apresentem planos, avaliem atividades, coordenem ações e compartilhem recursos e informações, além de desenvolver estratégias comuns.

O oitavo passo enfatiza a importância do emparelhamento de contrapartes entre oficiais de diferentes organizações com responsabilidades complementares. Isso inclui, por exemplo, o Representante Especial do Secretário-Geral e o Enviado Especial do Alto Comissariado, além de

comandantes militares e chefes de missão do ACNUR. Para garantir uma comunicação eficaz entre civis e militares, esses pares devem ser identificados e manter contato frequente.

O estabelecimento de Centros de Operações Cívico-Militares (CMOCs) é uma solução eficaz para melhorar a coordenação entre civis e militares. Localizados nas sedes militares, esses centros facilitam o contato entre agências civis e a cadeia de comando militar, oferecendo um ponto de encontro conveniente para ambos. Embora não tenham autoridade para dar ordens, os CMOCs funcionam como um ponto focal para o compartilhamento de informações e ajudam a superar a falta de familiaridade com a estrutura militar.

E por último, as Missões de Reconhecimento ou avaliação antes do desdobramento são uma ferramenta importante na definição de objetivos de missão alcançáveis. Elas permitem que os membros recém-chegados das forças militares internacionais se encontrem com colegas que estão saindo e com parceiros de agências humanitárias que já estão em campo, para aproveitar as informações coletadas e as lições aprendidas e assim seguir todos os mecanismos de coordenação mencionados acima.

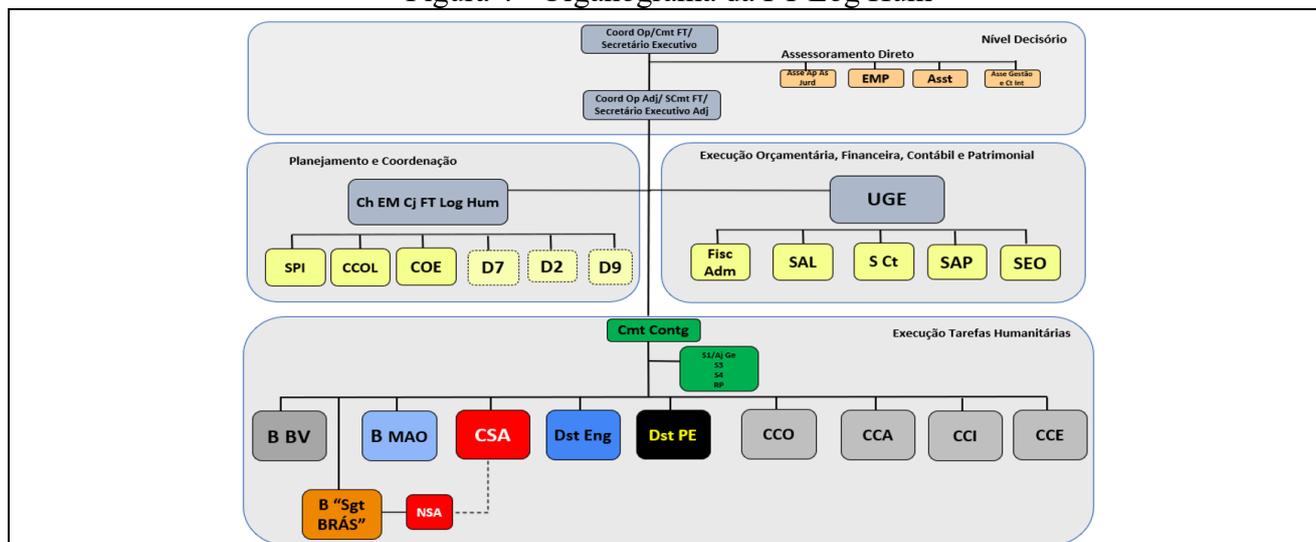
Esta seção do artigo examina o *modus operandi* da assistência humanitária das Nações Unidas, desenvolvido a partir de experiências em cenários pós-conflito, que é altamente relevante para este estudo. Esse modelo foi utilizado como base para formular as perguntas das entrevistas, pois oferece um referencial valioso para adaptar estratégias à crise migratória venezuelana. A Operação Acolhida, em particular, compartilha muitas características com crises migratórias típicas de contextos pós-conflito, o que torna essa abordagem especialmente pertinente.

4 AS RELAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Para entender as relações interagências na Operação Acolhida, se faz necessário compreender os três pilares fundamentais da operação: o ordenamento da fronteira, o acolhimento e a interiorização, estes elementos são centrais para entender como as agências realizam o trabalho conjunto, esses três eixos de atuação se caracterizam pela organização e pelo planejamento cuidadosos, refletindo a experiência estratégica das operações militares (Barros; Simões; Franchi, 2022, p.175).

Além disso, para melhor comparação estrutural das organizações envolvidas segue a atual organograma da governança da FT Log Hum:

Figura 4 - Organograma da FT Log Hum



Fonte: (Helder, 2024)

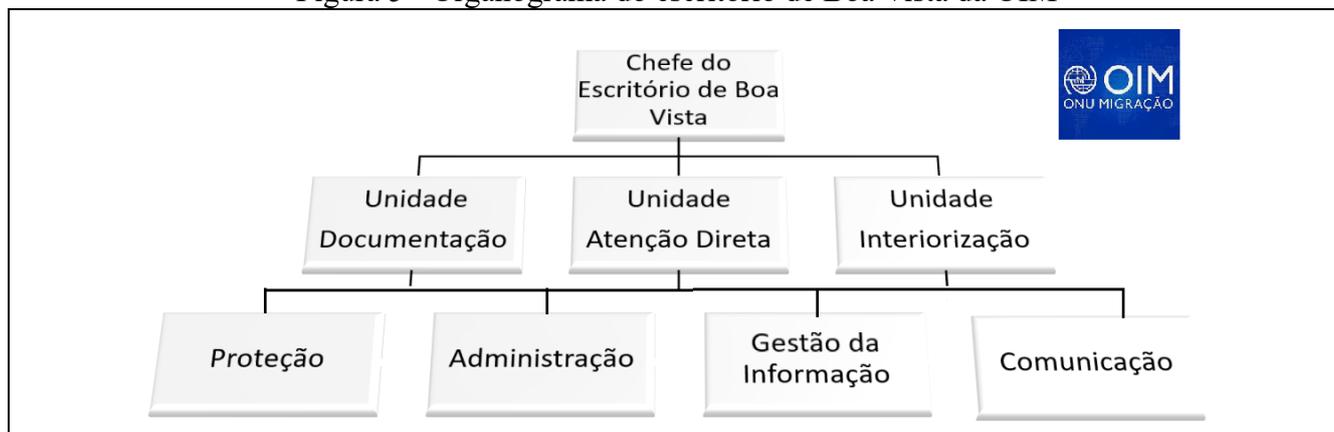
4.1 A RELAÇÃO DA OIM COM A FT LOG HUM

Segundo (Entrevistado 2, Gerente/OIM), a atuação da OIM na Operação Acolhida possui semelhanças com a FT Log Hum, mas não segue a estrutura dos três eixos. A organização está dividida nas seguintes áreas temáticas: interiorização, proteção, atenção direta, documentação, administração, gestão da informação e comunicação.

O entrevistado destaca que para facilitar a dinâmica de trabalho com a FT Log Hum, a OIM designa coordenadores específicos para cada eixo estruturante da Operação Acolhida: o da interiorização, o do abrigo (chamado de atenção direta) e o do ordenamento de fronteira (denominado documentação). No entanto, essas áreas temáticas abrangem tarefas que vão além das atribuições designadas para cada eixo da operação.

Além disso, as áreas de proteção, administração, gestão da informação e comunicação possuem um caráter transversal, ou seja, elas perpassam por todos os eixos da operação, conforme figura 5 (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

Figura 5 - Organograma do escritório de Boa Vista da OIM



Fonte: O Autor, 2024.

Independentemente da nomenclatura das Unidades, a OIM realiza as seguintes tarefas nos três eixos de atuação da Operação Acolhida. No Ordenamento da Fronteira, apoia a Polícia Federal com a pré-documentação de quem pede residência temporária no Brasil e possui equipe de saúde que apoia na barreira sanitária da fronteira, aplicando vacinas obrigatórias, entre outras medidas necessárias.

No Abrigamento, em conjunto com a FT Log Hum, a OIM gerencia os PRAs (Postos de Recepção e Apoio), que oferecem espaços para pernoite, hidratação, alimentação e banheiros. Além disso, presta apoio pontual a pessoas fora dos abrigos oficiais da Operação, fornecendo itens não alimentícios, como kits de higiene.

Na Interiorização, a OIM é responsável pela verificação completa dos processos de interiorização, desde a abertura e checagem documental até a organização logística da viagem e a chegada das pessoas ao destino. Também apoia a integração socioeconômica dos migrantes, oferecendo cursos e identificando oportunidades de trabalho (Entrevistado 6, Assistente/ OIM).

4.2 A RELAÇÃO DO ACNUR COM A FT LOG HUM

Para entender a cooperação interagência em questão, é necessário primeiro compreender a estrutura organizacional do ACNUR empregada na Operação Acolhida, que se assemelha à da OIM. Segundo (Entrevistado 3, Coordenador 1/ACNUR), essa estrutura é subdividida em áreas temáticas: Proteção, Campo e Integração (ou Soluções Duradouras). Cada uma dessas áreas possui atribuições e tarefas específicas relacionadas aos eixos de atuação da operação.

O trabalho da área temática, também chamada de unidade de Proteção, desenvolve-se no eixo Ordenamento da Fronteira. Esta unidade que realiza as escutas dos migrantes e refugiados que buscam refúgio, pedido de asilo ou residência. Com base nas informações coletadas, ela coordena tratativas

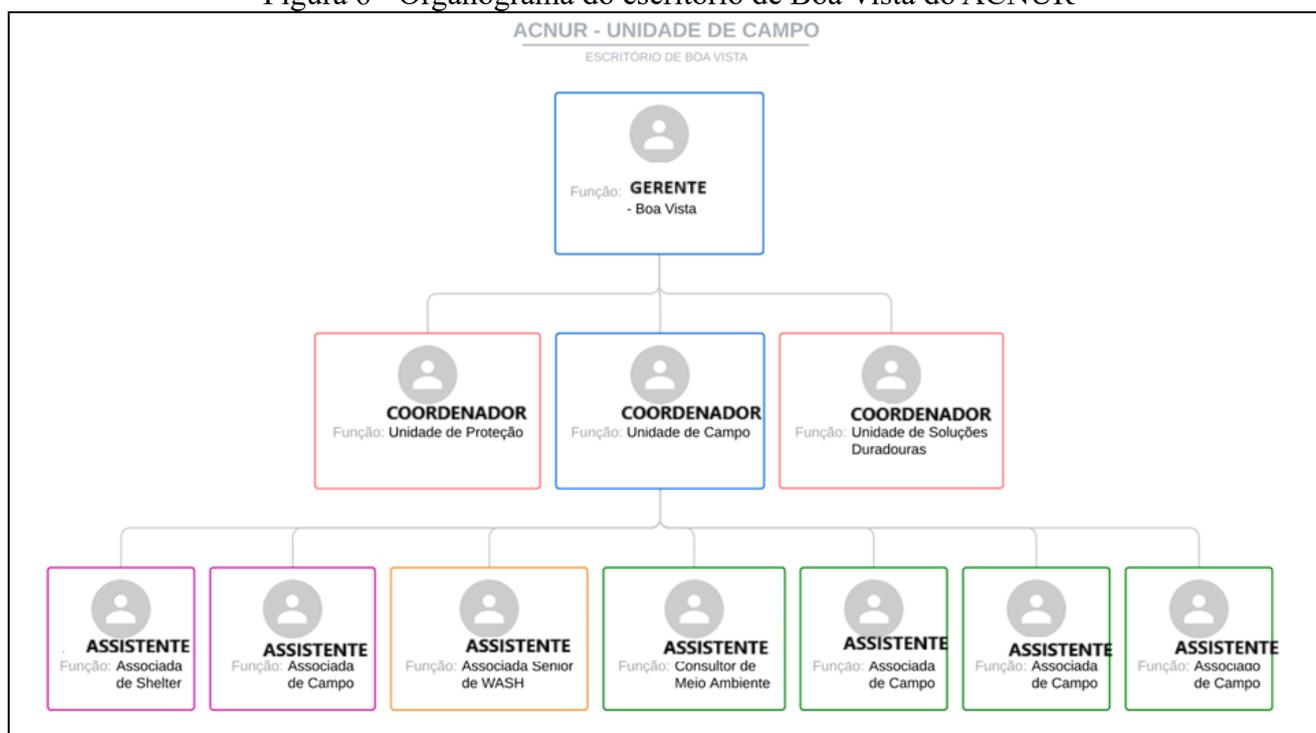
com o poder público, incluindo autoridades estaduais e municipais, para solucionar questões de saúde, entre outras. Todo esse processo ocorre antes da entrada dos migrantes nos abrigos.

A unidade de Campo é responsável por resolver todas as questões relacionadas aos abrigos, contando com supervisores nas áreas de infraestrutura, saneamento, meio ambiente e uso da água (WASH). Além disso, ela mantém um controle minucioso da entrada e saída de migrantes nos diversos abrigos, seguindo procedimentos e regras estabelecidos.

Para as missões voltadas ao eixo de Interiorização, o ACNUR emprega a unidade de Integração, que trabalha em conjunto com a FT no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI). Eles utilizam quatro modalidades de integração como estratégias: a Reunificação Familiar, a Reunião Social, a Vaga de Emprego Sinalizada e a Integração Institucional.

Vale destacar que, dentro de cada unidade, existem subáreas específicas, chamadas de supervisão ou associadas, conforme a figura a seguir referente a unidade de Campo:

Figura 6 - Organograma do escritório de Boa Vista do ACNUR



Fonte: (Entrevistado 3, Coordenador 1/ACNUR) adaptado pelo autor.

Além disso, o ACNUR contrata ONGs para complementar suas atribuições. A Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) são contratados para o eixo de Ordenamento de Fronteira; a AVSI e a Fraternidade Sem Fronteiras (FSF) apoiam no eixo de Abrigamento; e o Hermanitos atua no eixo de Interiorização (Entrevistado 3, Coordenador 1/ACNUR).

De acordo com as figuras 4 (organograma do FT Log Hum) e 6 (organograma do ACNUR), o nível estratégico corresponde à relação entre o gerente do ACNUR em Boa Vista e o general de divisão, coordenador operacional e comandante da FT (Entrevistado 3, Coordenador 1/ACNUR).

No nível operacional, encontram-se os coordenadores das organizações, que se relacionam com o coordenador operacional adjunto e subcomandante da FT. Este também coordena a interação entre militares, agências e ministérios, em apoio ao Coordenador Operacional. Quando se trata de assuntos específicos, a interação é feita com o representante de assuntos civis (D9) (Borges et al., 2024, p.13).

No nível tático, estão os assistentes de cada unidade, que, dentro de suas áreas específicas, possuem contato direto com seus correspondentes da FT. Por exemplo, na unidade de Campo, focada nos abrigos, todos os assistentes ou analistas, como os responsáveis por Shelter, Wash e Campo, tratam diretamente com majores, tenentes-coronéis, coordenadores de abrigo e seus subordinados.

Após uma breve explanação sobre como a OIM e o ACNUR se estruturaram para se adaptar ao grande fluxo misto de venezuelanos e à Operação Acolhida, identificando os níveis estratégicos, operacionais e táticos dessa organização e correlacionando-os com a FT Log Hum, será possível realizar a apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo e analisá-los de forma mais clara na seção a seguir.

5 RESULTADOS

Conforme mencionado na introdução, a partir da frequência com que cada temática foi abordada nas entrevistas, o software NVIVO gerou oito temas principais: comunicação, entendimento da missão, forma de trabalho, política, preconceito, preparo, repercussão de falae troca de contingente. Essa categorização possibilitou uma análise mais detalhada sobre a recorrência de cada tema em diferentes níveis hierárquicos, conforme discutido na seção anterior.

Assim, antes de iniciar a análise dos números gerados, essa seção detalhará cada tema, apresentando seus respectivos trechos, examinando sua relevância para pesquisa.

Na análise do código *comunicação*, emergiram 12 relatos que enfatizam a necessidade de aprimoramento desse tópico nas interações entre as agências e os militares. Isso é particularmente evidente devido à falta de experiência dos militares em operações humanitárias, assim como sua limitada familiaridade ou ausência de expertise no trabalho conjunto interagências. Essas lacunas são explicitadas nos extratos das entrevistas seguintes:

“Outro mito que tem que ser esclarecido, é dizer que o migrante não é obrigado a interiorizar, por exemplo, os militares que vão para abrigo, se você não orienta sobreisso, eles ficam

forçando o migrante para interiorizar, existem algumas mensagens chave que eu acho que são muito importantes os militares virem para cá sabendo (Entrevistado 2, Gerente/OIM).”

“O militar faz um julgamento baseado em uma observação. É humano, se eu tivesse na posição dele, talvez faria mesma coisa, como às vezes eu faço sem perceber. Não é do militar, é humano, mas é vital que essas informações cheguem a todos, porque agente tem um público em abrigo com muita dificuldade de integrar (Entrevistado 4, Coordenador2/ACNUR).”

Essas declarações ressaltam a falta de conhecimento por parte dos militares sobre a existência de grupos específicos de migrantes que enfrentam grandes desafios para completar o processo de interiorização. Estes grupos incluem mães solteiras, adultos entre 45 e 60 anos, idosos, pessoas com deficiência (PCD) e aquelas com graves problemas de saúde.

Essa falta de conhecimento resulta em conflitos tanto com os migrantes afetados quanto com os agentes envolvidos, que notam a falha na transmissão dessas informações aos militares designados para trabalhar nos abrigos. Esse problema se torna uma ocorrência frequente em todas as trocas de equipe nesses locais, causando desgaste e dificultando a eficácia das operações.

Além de valorizar a comunicação interna entre os militares, é crucial manter uma comunicação constante com as agências externas. A ausência de consulta às agências para decisões operacionais é evidente nas entrevistas, resultando em perda de tempo, conflitos entre instituições e a necessidade de retrabalho para corrigir a execução de operações previamente funcionais, como destaca os seguintes trechos:

“É importante escutar, porque a gente já passou por inúmeras sanhaços juntos, e sanhaços separados. Então assim, existe talvez uma maneira de lidar com esses problemas que a gente já tivemos no passado, resumindo, não precisa reinventar a roda todas as vezes (Entrevistado 4, Coordenador2/ACNUR).”

“...mudar o fluxo de atendimento, nós estamos aqui a 6 anos fazendo isso aqui, já passaram 18 contingentes, inclusive estou falando em nome dos militares que já passaram por aqui. Um exemplo, o militar chega aqui e quer mudar o fluxo do P Trige acaba arregaçando a operação, gerando o seguinte trabalho: tem que ir lá, brigar, discutir, mostrar que não está bom, um trabalhão. Mas essa coisa do cheguei, vou fazer diferente, sinceramente, mata toda a operação ((Entrevistado 2, Gerente/OIM)).”

O segundo código foca no *entendimento da missão*, destacando a importância atribuída a plena compreensão de cada função e atribuição, assim como seus correspondentes nos diferentes níveis

dentro de outras agências. Esse enfoque visa otimizar as ações, permitindo o máximo aproveitamento das capacidades de todos os envolvidos, como evidenciado no relato do Entrevistado 5 (Assistente/Analista do ACNUR): “...estas pessoas que estão aqui, compondo essas agências, têm uma capacidade técnica que as forças armadas têm com limitação e não como natural de suas atividades. Então o ponto é encontrar a convergência no trabalho integrado.”

Outros relatos destacam esse tema, como:

“...eu, na minha atual posição na ONG, não vou abordar, não vou ‘bater-boca’, não vou discutir com a equipe de segurança da portaria, eu devo procurar o coordenador militar do abrigo, para que ele possa resolver. Então, são níveis de governança que têm que estar claro” ((Entrevistado 3, Coordenador1/ACNUR).

“Às vezes existem ruídos, mas se a gente conhece nossa missão e nossos parceiros, todo mundo sabe com quem deve falar para buscar o apoio ‘no outro lado’, com quem a gente vai coordenar em conjunto para que a gente supere um problema. Isso, para mim, é fundamental para acabar com os ‘elevadores’ (Entrevistado 3, Coordenador1/ACNUR).

A expressão “elevadores” empregada no último trecho, corresponde aos militares que não têm familiaridade com as funções e operações das agências parceiras. Como resultado, eles frequentemente recorrem aos funcionários de níveis hierárquicos superiores ou inferiores em busca de apoio, desperdiçando tempo e energia de forma desnecessária.

É relevante notar, dentro desse contexto, que os entrevistados mencionaram a Força- Tarefa executando atividades que não estavam dentro de suas atribuições designadas, conforme evidenciado nos trechos a seguir:

“...vale lembrar, que o EVOE (Equipe de Verificação de Ocupação Espontânea) não é um mandato da Operação Acolhida, é um passo que a FT deu para complementar o seu trabalho, que está fora dos espaços da operação, em última análise, não é uma responsabilidade da operação” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

“Hoje já faz bem menos, porque tem muita organização já envolvida, mas por muito tempo quem negociava vagas de emprego para a interiorização era a FT, e a missão da força-tarefa na interiorização sempre foi a logística e não conversar com empresas, para convencê-las a ofertar vagas de trabalho para migrantes” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

Outro exemplo, presente no Entrevistado 2 (Gerente/OIM), destaca “...as ambulâncias da FT que vivem fazendo remoções médicas de Pacaraima para Boa Vista, porque aquele que poderia ou que deveria fazer isso, o poder público através do SAMU, não tem para fazer.”

Já sobre o terceiro código, a *forma de trabalho*, complementa o anterior ao extrair informações cruciais sobre a estrutura organizacional das agências humanitárias em análise, suas capacidades e metodologia de trabalho. Esses insights são essenciais para facilitar a colaboração integrada com os militares na operação, como evidenciado nos trechos seguintes:

“O ACNUR possui parceiros implementadores no terreno, eles são nossos braços e olhos, no dia a dia, dentro das diversas áreas da operação. Como por exemplo, no P Trig nós temos o Serviço Jesuítas, nos abrigos temos a AVSI e Fraternidade Sem Fronteira, no CCI temos os Hermanitos, essas são ONGs” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

“...os militares têm muitos mais níveis hierárquicos do que nós. Aqui, eu tenho minha equipe e não faço distinção entre os cargos, que seriam suas patentes, são os assessores, os supervisores, eu e o meu chefe em Brasília. Já vocês têm sargento, tenente, capitão, o sub, tenente-coronel, major, entre outros” (Entrevistado 1, Gerente/ACNUR).

“O civil identifica o problema e por ter essa facilidade para conversar com os superiores a chance de se resolver o problema é maior e conseqüentemente o trabalho em hora. E como o militar não tem essa ferramenta provoca essa desproporção. Um trabalho com esse foco, acho que seria importante para alcançar esse equilíbrio” (Entrevistado 1, Gerente/ACNUR).

“...se tem um problema que seja de comunicação, compreensão, alguma briga, alguma perseguição, o pessoal civil é imediatamente ouvido pelos supervisores imediatos ou pelos supervisores de mais alto grau, porque funciona assim na nossa organização” (Entrevistado 1, Gerente/ACNUR).

Esses extratos das entrevistas ilustram o funcionamento da hierarquia organizacional, a maneira como se relacionam as agências e a prática de terceirização de seus serviços realizado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Esse entendimento é relevante para os militares, considerando a natureza distinta de seu trabalho.

Apesar de ter sido pouco mencionado, é relevante apresentar os seguintes relatos relacionados ao código *política*, uma vez que podem oferecer uma valiosa contribuição para o trabalho em questão:

“Eu respeito a opinião política, mas não dá para o militar chegar aqui e trazer a visão política dele, seja de esquerda ou seja de direita, porque está para além disso. Não dá para gente chegar

aqui e trazer junto esse ou aquele governo, até porque a Operação Acolhida é uma operação que já passou por 3 presidentes, presidente Temer, presidente Bolsonaro e agora o presidente Lula, e está tudo igual desde que começou. Então a Operação Acolhida é uma operação humanitária, independente do viés ideológico de quem está no governo” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

“...sabemos que tem alguns estereótipos, como o pessoal das agências são todos de esquerda e que o militar são todos de direita. Não falo de política, porque uma das características da nossa ação, que tem que ser neutra e apolítica, eu nem em situações privadas” (Entrevistado 1, Gerente/ACNUR).

Considerando que a estrutura hierárquica e a cultura organizacional dos atores envolvidos neste estudo são distintas, é importante abordar os *preconceitos* mencionados ao longo das entrevistas e realizar uma análise para possíveis correções de atitudes, como evidenciado nos trechos a seguir:

“...quando a pessoa vem para cá, ela deve que se despir de vários preconceitos. Eu já ouvi dos dois lados que uma pessoa não iria contribuir com a outra, porque pensavam muito diferente, por um ser militar e o outro dos direitos humanos. As pessoas tendem a achar que isso é uma coisa que é contraditória, quando não é, os nossos trabalhos nesta operação, são complementares” (Entrevistado 6, Assistente/OIM).

“A gente tinha que fazer uma atividade do dia da visibilidade trans. Ninguém está perguntando o que é que você acha a respeito. A gente tem que fazer. Aí precisava que ele instalasse uma tomada. Assim ele não queria instalar porque ele era contra o evento, ele fez de tudo para boicotar e não instalou” (Entrevistado 6, Assistente/OIM).

Na discussão sobre o *preparo*, o entrevistador percebeu um grande interesse das agências em destacar diversas oportunidades de aprimoramento na formação dos contingentes, para apresentar conhecimentos aos militares que facilitem sua adaptação às operações integradas com agências humanitárias em Boa Vista ou Pacaraima, conforme observado nas seguintes passagens:

“...acho que a palavra é sensibilidade, porque se a gente for pensar em uma maneira muito técnica, o nosso trabalho está em um contexto em que as pessoas realmente estão em casos de vulnerabilidade, estão passando por um momento muito complicado. Eu sinto que muitas vezes, a força-tarefa é um pouco ‘turrona’ com os migrantes, pelas próprias características mais ‘Caxias’ de ser” (Entrevistado 5, Assistente/ACNUR).

“é sobre paciência mesmo, é uma dinâmica diferente. Não dá para ter a mesma regra com pessoas que estão em outros cenários da vida, pais de família longe do seu país, da sua cultura, de seus parentes. E eu acho que às vezes falta um pouco dessa interpretação, sabe, do que as pessoas estão vivendo” (Entrevistado 5, Assistente/ACNUR).

“...assim, humanizar a resposta é fundamental, mesmo quando a gente está cansado para caramba, ao perceber que o migrante está sendo malandro de contigo, a habilidade de ‘respirar fundo’ e orientar o que tem que ser feito é importantíssimo. Então eu diria para vocês, humanizar a resposta, ‘baixar a guarda’ e incorporar uma postura humanitária” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

“O militar aqui trabalha bem, vai morar na base da operação, que é no centro da cidade, ninguém vai estar armado, pois a operação não é desse jeito, estão indo para lidar com pessoas. Se está vindo aqui achando que é uma operação de guerra, esquece, não é nada parecido com a operação de guerra. Muito pelo contrário, os que vem com a mentalidade humanitária são os que se dão melhor, é um ‘cara’ que se dá bem com todo mundo, gosta de criança, conversa com a vovózinha, brinca com a molecada no abrigo, tem paciência de ouvir migrante que conta muita história...” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

Além dessa perspectiva de humanização, destaca-se a importância de fornecer o máximo de informações sobre o trabalho e, especialmente, sobre o local onde o militar atuará na operação durante a fase de preparação, conforme na (Entrevistado 2, Gerente/OIM) “...eu acho que os militares não recebem instruções detalhadas, tanto que eles chegam aqui muito perdidos, acham que tudo é a mesma coisa ou acham que tudo está separado, nunca falam com as agências, porque acham que as agências não vão resolver. E no seguinte trecho:

“...quando o militar está aqui, ele já sabe para onde ele vai, sabe a função dele. Eu sempre pergunto: “quem vai para Pacaraima? quem vai para PRA? quem vai para P Trig? Pois se eu estou falando para um grupo que a maioria vai para Pacaraima, eu vou falar da realidade de Pacaraima, não vou perder tempo com outras coisas. Se vou falar com os militares que a maioria vai ficar aqui em abrigo, é outra coisa” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

Outro exemplo está presente na passagem “... eu usaria o máximo de detalhes possível da operação lá na origem. De seguinte maneira: Boa Vista é de um jeito e Pacaraima é de outro jeito, existem tantos abrigos, aqui tem tantos e lá outros tantos...” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

A repercussão dos atos e falas deve ser destacada, pois, em um momento de grande vulnerabilidade e incerteza para os migrantes, qualquer atitude ou fala dirigida a esse público gera

grandes expectativas, sejam elas positivas ou negativas, conforme observado nos trechos das entrevistas a seguir:

“...a questão é, você tenta ajudar e acaba gerando danos. Então eu dou um exemplo, para compreende que tudo que a gente fala, pode causar consequências graves. Quando todo dia vem uma criança e bate no container pedindo comida, te dá um abraço, isso acontecia muito comigo, pedia para ele me ajudar, aí eu dava um papel para ele desenhar, uma roupa para ele e para família dele, tive uma aproximação, é humano isso. Mas e as outras crianças, não merecem? O importante é pensar que em todas as nossas ações nesse momento vão causar danos, devemos ter essa reflexão” (Entrevistado 4, Coordenador2/ACNUR).

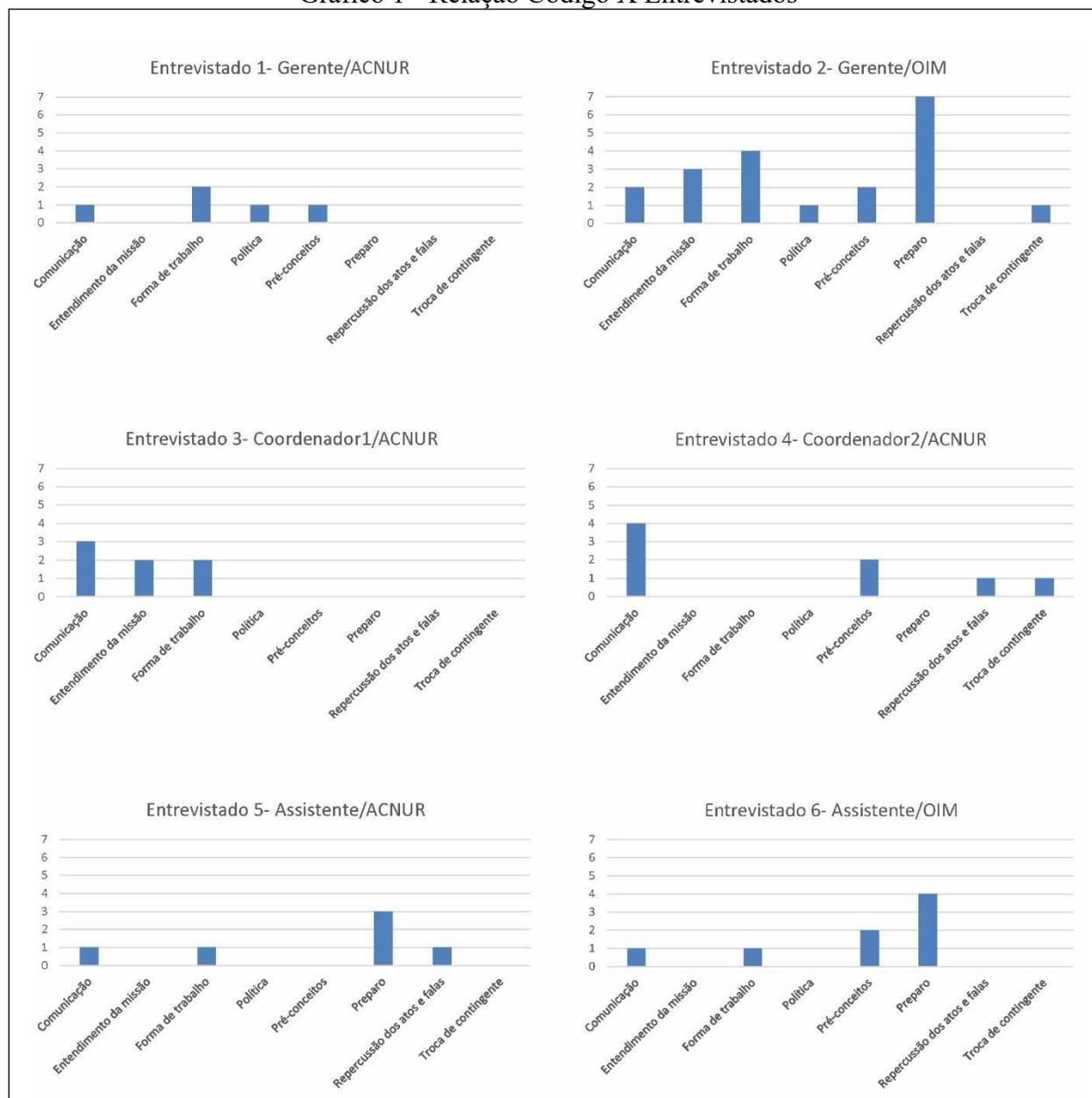
“...tem coisas que não são tão concretas assim, como os militares estão acostumados, não é um caminho linear. Eu acho que quando você está tratando de outras pessoas, não dá para ser tão Caxias assim, porque isso acaba afetando o migrantes e a nós para tentar contornar essa problemática, com essa população. Eu acho que isso faz diferença” (Entrevistado 5, Assistente/ACNUR).

As críticas sobre a *troca de contingente* focaram no tempo destinado à transição de funções. Foi destacado que, quanto maior a responsabilidade do cargo, mais tempo é necessário para a transmissão adequada das ordens, contrariamente observado pelo Entrevistado 4, Coordenador2/ACNUR: “Eu acho que a troca de contingente com certeza é muito desafiadora, eu acho que poderia melhorar se houvesse talvez uma passagem melhor”. Também explorado nessa passagem:

“...vou fazer uma observação para você, que eu já fiz em muitos casos, não sei se algum dia alguém vão nos ouvir, mas anteriormente, a passagem de função era mais demorada, hoje em dia tem militar que mal consegue passar função, tem militar que está indo embora hoje e o substituto dele chega hoje, outros que passam função em um dia. O cronograma de chegada e saída dos contingentes começou a ficar muito ruim” (Entrevistado 2, Gerente/OIM).

Para finalizar apresentação dos dados coletados, o software gerou os seguintes gráficos para melhor visualização, comparação e análise:

Gráfico 1 - Relação Código X Entrevistados



Fonte: O Autor, 2024.

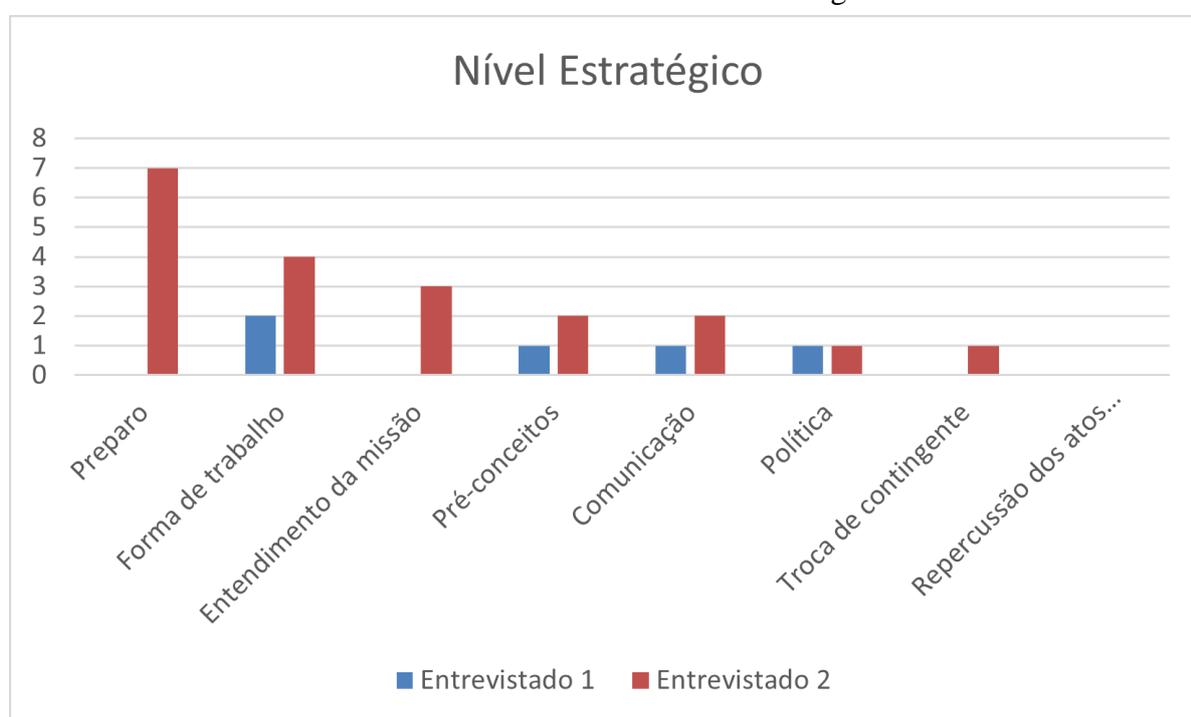
Após a explicação de cada código, a apresentação de seus respectivos trechos e números, é possível identificar quais códigos e quantos deles estão presentes em cada entrevista, possibilitando a personalização das instruções de preparo dos contingentes militares para a Operação Acolhida, ajustando-as conforme os diferentes níveis da tropa presentes na fase de preparação.

6. DISCUSSÃO

6.1 ANÁLISE DO NÍVEL ESTRATÉGICO

O objetivo deste estudo é investigar a relação entre as agências da ONU com a FT Log Hum na Operação Acolhida, a fim de integrar essa investigação nas diretrizes de preparo dos contingentes para a operação. Assim, para examinar as relações no nível estratégico, primeiramente foi utilizado o programa para analisar os dados obtidos por meio de entrevistas com os gerentes da OIM e do ACNUR em Boa Vista, resultando nas seguintes informações:

Gráfico 2 – Resultado do Nível Estratégico



Fonte: O Autor, 2024.

Ao analisar o gráfico 2, nota-se que o tema "Preparo" se destaca nesse nível, com 7 menções, sendo o mais frequentemente citado pelo Entrevistado 2, isso evidencia a grande relevância atribuída a esse aspecto pela agência. Para a elaboração de uma instrução para os militares do nível estratégico, esse tema deve ser priorizado, pois no entendimento do alto escalão a fase de preparação dos contingentes é uma área crítica que merece ser focada.

A observância dos relatos das entrevistas nas instruções do preparo dos contingentes militares é essencial para o sucesso das atividades conjuntas com as agências humanitárias, destacando a necessidade de um treinamento que seja tanto abrangente quanto específico.

A "Forma de Trabalho", com 6 menções, também se destaca, sendo mencionada por ambos os entrevistados. É um tema crucial que deve ser abordado para os generais e coronéis, para entenderem

as dinâmicas operacionais das agências. Apresentar a forma de trabalho das agências ajudará a harmonizar os processos, melhorar a sinergia com os militares e assegurar uma colaboração eficiente, essencial para o bom andamento da operação.

Embora tenha sido mencionado três vezes pelo Entrevistado 2, o "Entendimento da Missão" é especialmente relevante para os decisores da operação. Isso porque ele permite alinhar as expectativas e objetivos de cada instituição envolvida, evitando sobreposição de tarefas e, conseqüentemente, desentendimentos.

As 3 menções referentes aos "Pré-conceitos" também indicam um tema importante, citado por ambos os entrevistados. Abordar questões culturais e preconceitos nas instruções durante o preparo promoverá um ambiente de trabalho mais inclusivo e cooperativo, reduzindo conflitos e mal-entendidos.

A "Comunicação", com 3 menções, surge como um ponto relevante observado nas relações do alto escalão da operação. Na elaboração da instrução para o preparo do contingente militar, devem enfatizar a importância de uma comunicação clara e eficaz para evitar mal-entendidos e melhorar a coordenação entre os participantes.

Embora tenham sido mencionados com menos frequência, temas como "Troca de Contingente" (1 menção) e "Política" (2 menções) não devem ser negligenciados. Eles são essenciais para garantir a continuidade dos bons trabalhos já realizados e para reforçar a compreensão de que ideologias e política não devem interferir na ajuda humanitária.

A "Repercussão dos atos e falas" não foi mencionada por nenhum dos entrevistados, sugerindo que este tema é menos relevante para o nível político-estratégico, podendo ser abordado de forma breve ou omitido na palestra. Através deste enfoque estratégico assegurará que a preparação e execução das operações humanitárias sejam alinhadas com as principais preocupações e necessidades das agências envolvidas, promovendo uma integração eficiente e produtiva.

6.2 ANÁLISE PARA O NÍVEL OPERACIONAL

A análise do nível operacional foi derivada das percepções dos funcionários das agências da ONU, especialmente aqueles em cargos de coordenação, os quais se relacionam diretamente com militares que ocupam posições de liderança, como capitães, majores e tenentes-coronéis. Essa avaliação é fundamentada nas entrevistas conduzidas com os Entrevistados 3 e 4, que forneceram os seguintes dados:

Gráfico 3 – Resultado do Nível Operacional



Fonte: O Autor, 2024.

De acordo com o gráfico 3, o tema “Comunicação”, com 7 menções, é o mais frequente nas entrevistas com os supervisores, indicando sua alta relevância. É um ponto central para a preparação dos militares do nível operacional, enfatizando a necessidade de uma comunicação clara e eficiente entre os militares e as agências humanitárias para assegurar o sucesso das operações conjuntas.

O “Entendimento da Missão”, embora mencionado apenas duas vezes pelo Entrevistado 3, ressalta a importância de que tanto os militares quanto as agências compreendam e não se esqueçam de seus propósitos institucionais (mandatos) e seus objetivos na missão. Isso assegura uma atuação coesa e alinhada com os mesmos objetivos.

Mesmo com 2 menções, abordar a “Forma de Trabalho” das agências para os militares é essencial para entender as dinâmicas operacionais das agências. Esse conhecimento contribuirá para a harmonia dos processos e para a melhoria da cooperação entre eles, facilitando a integração das equipes e a eficiência das operações.

Sobre os “Pré-conceitos”, mencionados pelo Entrevistado 4, destaca-se a necessidade de abordar questões culturais e de preconceito. Este é um aspecto interessante a ser abordado durante a preparação a fim de promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e cooperativo, onde todos os membros da equipe se sintam respeitados e valorizados.

A “Troca de Contingente”, com uma menção, merece uma breve ressalva durante o preparo. É importante que os militares se atentem aos detalhes por ocasião da passagem de função para os outros que assumirão suas funções, garantindo assim a continuidade do trabalho e, conseqüentemente, a eficiência da operação.

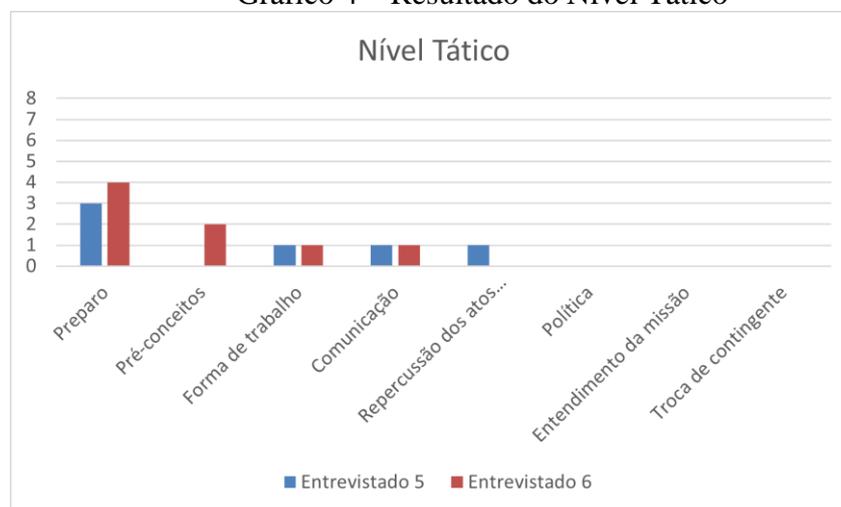
Assim como a temática anterior, a “Repercussão dos Atos e Falas”, embora não seja prioritária, deve ser brevemente abordada, pois sugere a necessidade de refletir sobre as ações e declarações feitas durante a operação. A ausência de menções referentes ao Preparo e Políticas sugere que eles são menos prioritários nas relações nos níveis operacionais.

Dessa forma, para os postos de supervisão do nível operacional de uma operação humanitária, a palestra deve priorizar os temas de Comunicação, Entendimento da Missão, Forma de Trabalho e Pré-conceitos. Esses temas são cruciais para promover uma colaboração eficaz e harmoniosa entre militares e agências humanitárias. Temas como Troca de Contingente e Repercussão dos Atos e Falas devem ser abordados brevemente, enquanto Preparo e Políticas podem ser mencionados de forma menos destacada. Este enfoque assegurará que a preparação e execução das operações humanitárias estejam alinhadas com as principais preocupações e necessidades das agências envolvidas, promovendo uma integração eficiente e produtiva.

6.3 ANÁLISE PARA O NÍVEL TÁTICO

A análise no nível tático foi obtida por meio das percepções dos funcionários das agências da ONU em seus cargos iniciais como assistentes/ analistas, que se relacionam com militares da “linha de frente”, como soldados, cabos, sargentos e tenentes. Este estudo se deu através das entrevistas conduzidas com o Entrevistado 5 do ACNUR e 6 da OIM, os quais disponibilizamos seguintes dados:

Gráfico 4 – Resultado do Nível Tático



Fonte: O Autor, 2024.

No nível tático, o gráfico 4 destaca a relevância atribuída à fase de preparação dos militares para lidar com a crise migratória e a vulnerabilidade dos migrantes, evidenciada pelas

7 menções. Essa preparação abrange a necessidade de um treinamento com temáticas humanitárias, cooperação interinstitucional, comunicação intercultural, dentre outros aspectos fundamentais.

Com dois relatos nas entrevistas, destaca-se a relevância de desfazer quaisquer preconceitos ou estereótipos que os militares possam ter em relação aos migrantes e às agências. A empatia, o respeito e a compreensão são fundamentos essenciais para garantir um ambiente de trabalho e assistência humanitária prática.

Com o mesmo grau de relevância está a forma de trabalho, pois conhecer a maneira com que as agências trabalham e como elas abordam e interagem com os migrantes em situação de vulnerabilidade é crucial. Vale enfatizar as práticas do trabalho humanitário, respeitoso, sensível e empático, levando em consideração a dignidade e os direitos dos migrantes, sobretudo no nível tático.

Também com dois apontamentos nas entrevistas, a comunicação eficaz é essencial para garantir uma interação positiva e construtiva entre os militares e os agentes humanitários. Isso envolve a capacidade de escuta ativa, empatia e clareza na transmissão de informações. Esses elementos são especialmente importantes devido à maior experiência prática que os agentes humanitários possuem em comparação com os militares.

Embora temas como Troca de contingente, Repercussão dos atos e falas, Política e Entendimento da missão também sejam importantes, as temáticas destacadas acima são fundamentais para garantir que os militares possam desempenhar seu papel de forma eficaz, humanitária e respeitosa durante uma missão de crise migratória na "linha de frente". A abordagem desses temas contribuirá para uma atuação mais empática, sensível e eficiente por parte dos militares no contexto da missão humanitária.

7 CONCLUSÃO

Com base na análise dos dados apresentados, o resultado desta pesquisa é a entrega de uma base de dados, destinada ao contingente militar selecionado em preparação para a operação. Esses dados abordam detalhadamente todos os aspectos estudados sobre a interação entre as agências da ONU e a FT Log Hum na Operação Acolhida, estando pronta para aplicação imediata.

No entanto, ao apresentar esses dados em instruções durante a fase de preparação, é essencial que o instrutor considere o público-alvo da instrução: generais e coronéis (nível estratégico), tenentes-coronéis, majores e capitães (nível operacional), ou tenentes, sargentos, cabos e soldados (nível tático).

Para isso, os gráficos a seguir servirão como base para que o instrutor/ palestrante, possa enfatizar as temáticas mais importantes:

Gráfico 5 - Resultado da pesquisa no Nível estratégico



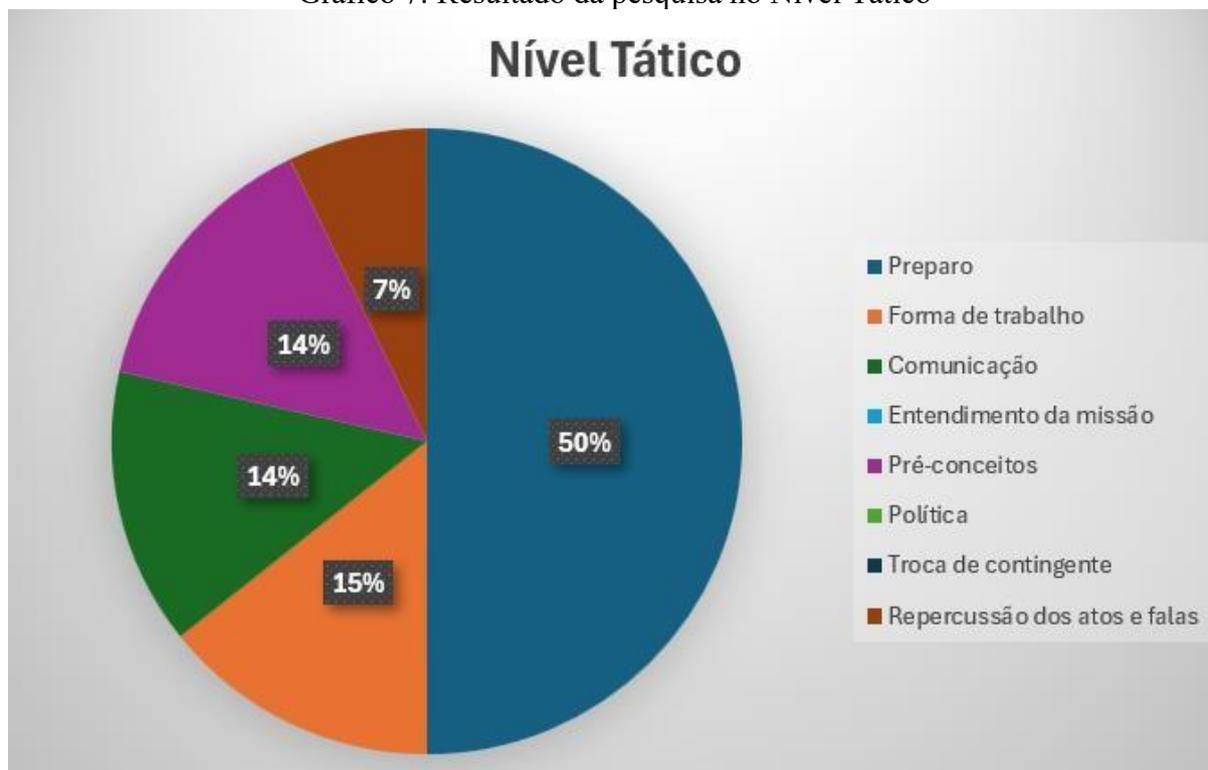
Fonte: O Autor, 2024.

Gráfico 6: Resultado da pesquisa no Nível Operacional



Fonte: O Autor, 2024.

Gráfico 7: Resultado da pesquisa no Nível Tático



Fonte: O Autor, 2024.

Com o conhecimento dos dados da pesquisa, o conhecimento do público e o tempo disponível para ministrá-la, qualquer palestrante, com a devida preparação, consegue transmitir as particularidades da relação entre o ACNUR e a OIM com a FT Log Hum na Operação Acolhida.

Caso, na fase de preparação do contingente, sejam destinados dois períodos de 45 minutos cada para abordar o tema, e o público-alvo seja composto por tenentes-coronéis e majores, entende-se que estão enquadrados no nível operacional. Nesse nível, a comunicação é o aspecto mais importante, seguida pela forma de trabalho, entendimento da missão e preconceitos. Assim, a instrução deverá ser ajustada conforme as proporções apresentadas no Gráfico 6.

Outro resultado deste estudo é seu caráter de pesquisa aplicada, como definido por Thiollent (2009, p.36) se concentra nos problemas encontrados nas atividades de instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Seu foco está na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções, atendendo às demandas formuladas por clientes, atores sociais ou instituições.

Dessa forma, com a transmissão desses dados durante a preparação dos contingentes militar, será alcançado o objetivo da pesquisa de investigar a relação das agências da ONU, especificamente o ACNUR e a OIM, com a FT Log Hum na Operação Acolhida nos níveis estratégico, operacional e tático, apresentando um resultado prático e de impacto significativo imediato.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. DE; SIMÕES, G. DA F.; FRANCHI, T. Entrevista com Coordenador Operacional da Operação Acolhida General de Divisão Antônio Manoel de Barros. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, p. 173-186, janeiro/abril 2022.

BORGES, T. S., Sant'ana Junior, T. P. de, Oliveira, D. E., Vale, M. R. do, Fetal, J. P. da S., Furtado, E. B., Santillán, R. M. B., Rodríguez, M. G. R., & Galhardo, E. C. (2024). Explorando as dinâmicas da Operação Acolhida: impactos do livre trânsito de venezuelanos nas fronteiras brasileiras, sobre a rede de cooperação e o acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 6, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. 2018a. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13684.htm. Acesso em: 20 set.2023.

BRASIL. Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. 2018b. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9286.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.970, de 20 de agosto de 2019 (Resolução nº 10). Dispõe sobre a instituição do Sistema Acolhedor como cadastro oficial da Operação Acolhida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.8, nov. 2019.

CERÁVOLO, E. S. Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015-2018). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

DE SOUZA, O. M. S.; LOPES, R. R. G. A Operação Acolhida a resposta do Estado brasileiro diante da crise humanitária venezuelana e suas consequências para a Defesa Nacional. *A Defesa Nacional*, n. 486 (2021), jan. 2022.

HEASLIP, G. BARBER, E. Improving civil–military coordination in humanitarian logistics: the challenge. *The Irish Journal of Management*, v. 35, n.2, p.143-158, set. 2016.

HELDER, 2024. Atualização do Cmt FT Log sobre a Operação Acolhida. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/atualizacao-do-cmt-ft-log-sobre-a-operacao-acolhida/271969460>. Acesso em: 23 set. 2024.

OPERAÇÃO ACOLHIDA. gov.br. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida>. Acesso em: 25 set. 2023.

RIBEIRO, M. L. S. Governança Democrática em Rede: Estudo sobre Acolhida Imigratória de Venezuelanos no Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

R4V. Refugees and Migrants from Venezuela. Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). 2024. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/423>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SANJURJO, L. Governança e capacidade institucional do Brasil na resposta à migração venezuelana (2016-2022). 1.ed. Brasília: ENAP, 2023. 135p.

SIMÕES, G. D. F. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2017. 112 p.

TEIXEIRA, L.; CORADINI, L.; COSTA, R. O fenômeno migratório em Roraima: um estudo dos efeitos da cooperação civil-militar para a eficiência da força-tarefa logística humanitária da operação acolhida. Revista de Estudos Internacionais, v. 10, n. 3, p. 87–113, out. 2019.

THIOLLENT, M. Metodologia de Pesquisa-ação. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 139p. UNESP. Faculdade de Ciências Agrônomicas. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos.

Tipos de revisão de literatura. Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>. Acesso em: 09 maio 2024.

UNESP. Faculdade de Ciências Agrônomicas. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos.

Tipos de revisão de literatura. Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>. Acesso em: 09 maio 2024.

UNHCR. Handbook for the Military on Humanitarian Operations. Genebra: UNHCR Headquarters, 1995.